



Secretaria de Estado da Educação

# CLIPPING

23, 24 e 25 de maio 2015



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Diário Catarinense	<b>Editoria:</b> Cacau Menezes	<b>Data:</b> 23/05/2015
<b>Assunto:</b> Destaque		<b>Página:</b> 16

# DIÁRIO CATARINENSE

### **ELOGIOS**

EM PLENA GREVE DOS PROFESSORES, O PRESIDENTE DA FIESC, GLAUCO JOSÉ CÔRTE, FEZ QUESTÃO DE ELOGIAR A ATUAÇÃO DO SECRETÁRIO DA EDUCAÇÃO, EDUARDO DESCHAMPS, AO DISCURSAR ONTEM NA CERIMÔNIA QUE MARCOU OS 65 ANOS DA FEDERAÇÃO. CÔRTE DISSE QUE DESCHAMPS FAZ UM EXCELENTE TRABALHO NA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA. PRESENTE AO ATO, O GOVERNADOR RAIMUNDO COLOMBO GOSTOU DAS REFERÊNCIAS.



Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Notícias	Data: 23/05/2015
Assunto: Decisão judicial		Página: 13

## DIÁRIO CATARINENSE

# Justiça proíbe ocupação de prédios públicos

**SINDICATO DEBATERÁ DECISÃO** com o comando de greve segunda-feira, quando também vai avaliar a possibilidade de ingressar com recurso

**LUIS ANTÔNIO HANGAI**  
luis.hangai@diario.com.br

**A** decisão do desembargador Jorge Luiz de Borba de proibir os grevistas da rede estadual de educação de ocuparem prédios públicos, mas de não decretar a ilegalidade do movimento, foi acolhida como positiva tanto pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte-SC) como pelo Estado de SC.

O advogado do Sinte-SC, José Sérgio Cristóvam, informou que o sindicato não foi notificado oficialmente da decisão, mas

que já faz uma avaliação positiva do despacho.

– Sobre a proibição de ocupar prédios públicos, isso será discutido na segunda-feira pelo comando da greve. Iremos também avaliar a possibilidade de recorrer dessa decisão – disse.

Do outro lado, a Procuradoria-Geral do Estado (PGE), que moveu a ação, também entende que teve os pleitos atendidos, uma vez que foi alcançado o “objetivo principal” de impedimento legal de ocupação de estruturas públicas.

O Tribunal de Justiça decidiu ontem atender parcial-

mente o pedido de liminar do Estado de SC e proibiu os grevistas da rede estadual da educação de realizarem manifestações a menos de 200 metros de prédios públicos.

Com o despacho, os professores ficam impedidos de continuarem ocupando a Assembleia Legislativa, a Secretaria Estadual de Educação, Gerências Regionais de Educação (Gered) e de obstruírem o funcionamento normal das escolas sob multa de R\$ 20 mil para cada item descumprido.

Por outro lado, o desembargador recusou o pedido da PGE de decretar a ilegalidade da greve.



Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Moacir Pereira

Data: 24/05/2015

Assunto: Greve

Página: 12

## DIÁRIO CATARINENSE

# AS GREVES E A OMISSÃO POLÍTICA

**F**alando na concessão da Medalha do Mérito Industrial a seis empresários de Santa Catarina, o governador Raimundo Colombo voltou a condenar com veemência a burocracia ("Os órgãos de controle atuam para não deixar fazer"), o inchaço da máquina pública e os privilégios de algumas corporações. E destacou que há distâncias enormes entre os trabalhadores do serviço público e da iniciativa privada. Em Santa Catarina, lembrou, as greves afetam sobretudo o setor público.

Há várias leituras para essas greves. A primeira, que faria parte de um plano nacional do PT e da CUT para tirar o foco na roubalheira da Petrobras e outros escândalos federais.

A segunda, que PT, de um lado, PSTU e PSOL, de outro, disputam a hegemonia dos movimentos grevistas. Por isso, o comando de greve dos professores acerta um acordo com o governo e a assembleia rejeita. Na Capital, os líderes do Sindicato dos Servidores de Florianópolis chegaram a assinar acordo para o fim da greve. E a assembleia derruba tudo.

Greve no serviço público é um direito constitucional. Mas até agora não foi regulamentado. Já se passaram 26 anos e o Congresso Nacional se omite vergonhosamente. Se milhões de catarinenses sofrem prejuízos incalculáveis, a culpa é do Congresso Nacional.

Claro! Trabalhando só terça e quarta não terão tempo mesmo!



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Diário Catarinense	<b>Editoria:</b> Moacir Pereira	<b>Data:</b> 25/05/2015
<b>Assunto:</b> Vacina	<b>Página:</b> 14	

# DIÁRIO CATARINENSE

## PROFESSORES

Deputado federal Jorge Boeira (PP) enviou ofício ao governador Raimundo Colombo pedindo prioridade para inclusão dos professores da rede estadual de ensino no grupo de risco da vacina contra a gripe. Alega que eles estão em contato constante com os estudantes, sendo fundamental sua imunização. Referida preferência foi dada já em São Paulo.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

**Veículo:** Diário Catarinense

**Editoria:** Diário do leitor

**Data:** 25/05/2015

**Assunto:** Cartas

**Página:** 27

# DIÁRIO CATARINENSE

### PROFESSORES

Os professores de SC estão em greve desde 24 de março. Triste, porque 1.111 escolas estaduais e 528 mil estudantes os esperam. A saúde de lecionar e dos alunos deve perturbar, mas sejamos realistas: os professores precisam viver com dignidade e pagar as contas. A greve ocorre quando reivindicações não são atendidas. O problema deve ser atacado em sua causa e não na consequência. A palavra de ordem não é negociar e sim decidir. SC sempre foi referência em educação. Antes de pensarmos nas preocupações dos pais e estudantes, devemos avaliar se o que reivindicam os professores é justo. Uma coisa tenho absoluta certeza: o salário do professor deveria ser o maior do país. O docente permite ao homem deixar a ignorância, abrindo-lhe a porta do conhecimento. O professor no Brasil convive com insalubridade, violência, aparelhamento ideológico e um salário ridículo. Não basta ensinar a ler, escrever e profissionalizar. Urge formar homens e mulheres responsáveis, competentes e probos. Respeito aos professores e que voltem ao trabalho em paz.

**POR CARLOS ALBERTO LIMA**

Florianópolis

No passado aprendi na escola que uma sociedade inculta agradava à ditadura militar. Pois, com menos pessoas pensantes, a comunidade se deixa ser guiada pelas águias do poder, sem questioná-los pelas decisões aberrantes. Me dói ver que em SC as escolas públicas estão a mais de dois meses sem aula. Isto só aumenta o vácuo entre as escolas públicas e as privadas, fomentando o domínio das elites. Diante do impasse, sugiro ao governo que para acabar com a greve deem aos professores um auxílio-moradia equivalente à metade daquele destinado aos parlamentares e vários outros órgãos públicos que se consideram divindades para receber tal graça, hoje R\$ 4.337 isento do IR. Assim, faremos justiça a uma classe que é uma extensão da família, incrementa o senso crítico do ser, contribuiu para minorar a violência e a dá dignidade ao homem.

**DIVA ABRAHAM**

Florianópolis



## DIÁRIO CATARINENSE

# GREVE? QUE GREVE?

**T**odos se perguntam: por que o governo estadual leva tanto tempo para tomar posição em relação à greve dos professores? Já são mais de dois meses de perda do ano letivo, irrecuperáveis. E o Ministério Público, o que faz?

E o que mais impressiona é que os grevistas põem sempre como ponto inegociável o pagamento dos dias parados. Se entraram em greve, deveriam ter

plena consciência do que estavam fazendo. A solução do problema está na regulamentação do direito de greve. Instituído na Constituição de 88 (A "redentora" do Ulysses Guimarães), ainda não foi regulamentado pelo Congresso 27 anos depois!

A quem interessa todo esse imbróglio? Aos sindicatos, aos deputados e senadores?

Seguramente que não é ao povo. Situação angustia os pais e aos professores que querem trabalhar.



Veículo: A Notícia	Editoria: Moacir Pereira	Data: 23e24/05/2015
Assunto: Greve		Página: 12

## A NOTÍCIA

# As greves e a omissão política

**F**alando na concessão da Medalha do Mérito Industrial a seis empresários de Santa Catarina, o governador Raimundo Colombo voltou a condenar com veemência a burocracia (“os órgãos de controle atuam para não deixar fazer”), o inchaço da máquina pública e os privilégios de algumas corporações. E destacou que há distâncias enormes entre os trabalhadores do serviço público e da iniciativa privada. Em Santa Catarina, lembrou que as greves afetam, sobretudo, o setor público. Há várias leituras para essas greves. A primeira, que faria parte de um plano nacional do PT e da CUT para tirar o foco na roubalheira da Petrobras e de outros escândalos federais. A segunda, de que PT, de um lado, e PSTU e PSOL de outro disputam a hegemonia dos movimentos grevistas. Por isso, o comando de greve dos professores acerta um acordo com o governo e a assembleia rejeita.

**Greve no serviço público é um direito constitucional, mas até agora não foi regulamentado.**

Na Capital, os líderes do Sindicato dos Servidores de Florianópolis chegaram a assinar acordo para o fim da greve. E a assembleia derruba tudo. Greve no serviço público é um direito constitucional; mas até agora não foi regulamentado.

Já se passaram 26 anos e o Congresso Nacional omite-se vergonhosamente. Se milhões de catarinenses sofrem prejuízos incalculáveis, a culpa é do Congresso Nacional. Claro! Trabalhando só terça e quarta-feira, não terá tempo mesmo!



# SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

**Veículo:** A Notícia

**Editoria:** Portal

**Data:** 25/05/2015

**Assunto:** Novas escolas

**Página:** 02

# A NOTÍCIA



## Novas escolas

A escola de ensino médio em obras no Parque Guarani é uma das quatro em construção pelo governo do Estado na região de Joinville. As outras são no Vila Nova e em Barra Velha e Araquari. A última escola nova construída pelo Estado em Joinville foi a Nagib Zattar, em 2001. Outras cinco escolas ganharam novos prédios, mas já existiam.



Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Geral	Data: 23e24/05/2015
Assunto: Decisão judicial		Página: 25

## Notícias do Dia

### TJ DETERMINA DESOCUPAÇÃO

**FÁBIO BISPO**

[fabiobispo@noticiasdodia.com.br](mailto:fabiobispo@noticiasdodia.com.br)

@fabiobispo\_ND

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina determinou a desocupação imediata dos prédios públicos pelos professores estaduais, em greve desde 24 de março. A decisão liminar é do desembargador Jorge Luiz de Borba, emitida na tarde dessa sexta-feira. O magistrado recusou o pedido de ilegalidade da greve, mas assegurou a prestação dos serviços nos prédios públicos, incluindo a Alesc, onde estão acampados desde o último

dia 8. Os servidores não poderão realizar manifestações a menos de 200 metros de prédios estaduais.

O Sinte-SC (Sindicato dos Trabalhadores em Educação) não tinha sido intimado oficialmente da decisão até o início da noite de sexta-feira, mas informou que a desocupação seria decidida com o comando de greve. "O Judiciário diz que a greve é legal, e isso é uma vitória, já que o governo quis acabar com a greve na Justiça", afirmou o advogado José Sérgio Cristóvam, que defende o Sinte. O não cumprimento da decisão acarretará em multa de R\$ 20 mil para

cada descumprimento.

A principal reivindicação é o plano de carreira e o reajuste de 13% com base no piso nacional. Durante a semana, o secretário da Educação, Eduardo Deschamps, anunciou a contratação de 113 ACTs (contratados em caráter temporário) para dar continuidade aos trabalhos dos servidores em greve. O governo condiciona a retomada das negociações ao fim da greve. Segundo o Sinte, 20% dos professores estão parados. A Secretaria da Educação afirma que adesão tem caído nos últimos dias e que cerca de 5% ainda estão em greve.

### Greve mantida na Capital

Os servidores municipais de Florianópolis continuam em greve. Nesta sexta-feira, a categoria rejeitou a contraproposta da Prefeitura da Capital: 7% de reajuste salarial parcelado em três vezes; pagamento da primeira etapa do PCCV (Plano de Cargos, Carreira e Vencimento) do servidor civil; e R\$ 1,50 no auxílio-alimentação.

Os servidores decidiram continuar a greve até que seja atendido os 8% de reajuste. Por meio de nota, a prefeitura informou que somente retomará mesa de negociação após o "retorno dos servidores à atividade, nos respectivos cargos e funções, restabelecendo o atendimento ao público em sua integralidade".



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Folha de São Paulo	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 25/05/2015
<b>Assunto:</b> Enem		<b>Página:</b> Online

EM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL - N.º 1 - WWW.FOLHA.COM.BR

# FOLHA DE S. PAULO

### **Inscrições para o Enem 2015 começam nesta segunda-feira**

Estudantes interessados em participar do Enem 2015 poderão fazer a inscrição a partir das 10h desta segunda-feira (25) pelo site do Inep.

O prazo se encerra em 5 de junho, mas os candidatos terão até o dia 10 deste mês para efetuar o pagamento da inscrição.

Neste ano, haverá aumento da taxa de inscrição e um novo mecanismo para coibir o número de faltosos, de acordo com as regras divulgada no último dia 14 pelo Ministério da Educação.

Como a Folha antecipou, o reajuste do pagamento estava em estudo pelo governo e foi tema de encontro entre a presidente Dilma Rousseff e o titular do MEC, Renato Janine, na semana passada.

Desde 2004, o valor cobrado é de R\$35. Agora, será de R\$ 63, próximo ao valor do reajuste do período, se considerada a inflação oficial desde aquele ano (R\$ 62,47). No ano passado, do total de 8,7 milhões de inscritos, 26,48% foram pagantes. "Ainda é uma taxa barata e ainda há um grande conjunto de isenções", disse o ministro, em coletiva de imprensa.

Ficam isentos da taxa os estudantes que estão no 3º ano do ensino médio da rede pública ou que comprovarem ter renda familiar de até 1,5 salário mínimo (R\$ 1.182).

#### **FALTOSOS**

Ao mesmo tempo, o MEC decidiu endurecer as regras para os candidatos que faltarem uma edição do exame e se inscreverem para uma nova prova do Enem. A regra terá impacto para aqueles que se ausentarem na edição deste ano.

O estudante que se ausentar da prova nos dois dias, por algum motivo, terá que desembolsar a taxa de inscrição se desejar fazer um novo Enem, ainda que esteja na categoria de isento. No ano passado, do total de 8,72 milhões de inscritos, 6,19 milhões compareceram (esse grupo obteve nota em pelo menos uma área) – taxa de quase 29% de ausência.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Segundo o ministro, 65% dos faltosos na última edição estavam isentos da taxa. "Decidimos cortar a isenção para a edição seguinte e poderemos cortar para mais edições, se isso continuar", afirmou. O MEC, no entanto, deve publicar uma regulamentação definindo em que situações um candidato ausente poderá ter isenção da taxa no ano seguinte —problemas de saúde, por exemplo, devem ser contemplados.

### ECONOMIA

O MEC prevê uma economia de 20% no Enem 2015 em comparação à edição anterior. O percentual é decorrente de medidas como aumento da taxa de inscrição e o não envio de cartão de confirmação da prova pelos Correios.

Em anos anteriores, o estudante recebia o papel em casa e poderia baixá-lo em site específico na internet. Agora, esta será a única opção disponível. Somente essa medida tem uma economia estimada em R\$ 18 milhões.

"São aprendizados que tivemos com todas as edições recentes. O número de pessoas que baixava o cartão já era muito alto", ponderou Chico Soares, presidente do Inep (instituto do MEC responsável pelo Enem) em coletiva de imprensa no último dia 14. No ano passado, o custo do Enem foi de R\$ 52 por candidato —ou um total de R\$ 453,5 milhões. A economia prevista, então, é da ordem de R\$ 90,7 milhões

O ministro Renato Janine (Educação) argumentou que o reajuste da taxa, para R\$ 63, foi decorrente da inflação oficial do período —desde 2004, o valor era R\$ 35. Ele ponderou, no entanto, que ainda "não temos definição" sobre a periodicidade de novos reajustes. "Se será anual ou a cada dois anos [por exemplo]. Quando você deixa muito tempo [a taxa] fica, o reajuste vem com surpresa, quando deveria vir com naturalidade."

### 30 MINUTOS DE ESPERA

Neste ano, não haverá mudança nos critérios de correção da redação, mas haverá mudança na dinâmica de aplicação da prova. Agora, haverá 30 minutos de diferença entre o horário de fechamento dos portões do local de aplicação (13h) e o início da prova (13h30).

"Todos os alunos terão entrado na sala, estarão já com seus celulares no pacotinho e durante esse período, vários testes poderão ser feitos. Por exemplo uso do detector de metais. () Será um controle extra. É um grande momento de risco, quando a prova é aberta e, portanto, passível de algum vazamento, que temos que evitar a qualquer custo", disse Chico Soares.

No ano passado, alunos indicaram que houve vazamento do tema da redação no Enem, no segundo dia de aplicação da prova. O caso foi investigado pela Polícia Federal.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Blog Moacir Pereira	<b>Editoria:</b> Blog Moacir Pereira	<b>Data:</b> 25/05/2015
<b>Assunto:</b> Greves		<b>Página:</b> Online



### As greves no serviço público e a omissão política

Falando na concessão da Medalha do Mérito Industrial a seis empresários de Santa Catarina, o governador Raimundo Colombo voltou a condenar com veemência a burocracia ("Os órgãos de controle atuam para não deixar fazer"), o inchaço da máquina pública e os privilégios de algumas corporações. E destacou que há distancias enormes entre os trabalhadores do serviço público e da iniciativa privada. Em Santa Catarina – lembrou – as greves afetam, sobretudo, o setor público.

Há várias leituras para essas greves. A primeira, que faria parte de um plano nacional do PT e da CUT para tirar o foco na roubalheira da Petrobrás e outros escândalos federais. A segunda, que PT, de um lado, PSTU e PSOL de outro, disputam a hegemonia dos movimentos grevistas. Por isso, o comando de greve dos professores acerta um acordo com o governo e a assembleia rejeita. Na Capital, os líderes do Sindicato dos Servidores de Florianópolis chegaram a assinar acordo para o fim da greve. E a assembleia derruba tudo.

Greve no serviço público é um direito constitucional. Mas até agora não foi regulamentado. Já se passaram 26 anos e o Congresso Nacional omite-se vergonhosamente. Se milhões de catarinenses sofrem prejuízos incalculáveis, a culpa é do Congresso Nacional.

Claro! Trabalhando só terça e quarta não terão tempo mesmo!



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> G1	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 25/05/2015
<b>Assunto:</b> Exemplo		<b>Página:</b> Online



## VESTIBULAR E EDUCAÇÃO

### **Brasil deve aprender com Coreia do Sul a valorizar professor, diz ministro**

*Na Coreia do Sul, Janine Ribeiro falou sobre participação em fórum.  
'Não é um caminho fácil, carreira docente foi muito desprestigiada', afirma.*

Após uma semana na Coreia do Sul participando do Fórum Mundial de Educação, o ministro da Educação Renato Janine Ribeiro considera que a principal lição que o Brasil deve tirar da experiência coreana é a valorização do professor. O Fórum, realizado pela Unesco em Incheon, reuniu representantes de mais de cem países para discutir os próximos passos a serem seguidos pelos países para melhorar a educação mundial.

"O grande ponto que nós temos que tirar da lição coreana é a valorização do professor. Esse é um grande ponto que a Unesco recomenda, que o Brasil quer pelo seu Plano Nacional de Educação e que a Coreia [do Sul] pratica", disse o ministro em entrevista ao G1.

"A valorização do professor e do diretor são outros pontos importantes do que o Fórum recomenda. Também estamos neste caminho e não é um caminho fácil, porque a carreira docente foi muito desprestigiada nas últimas décadas", comentou.

Janine Ribeiro afirmou que as metas da Unesco e as do Plano Nacional de Educação são convergentes. Durante o Fórum, o Brasil foi apresentado como experiência exemplar de inclusão escolar. De acordo com o ministro, a imagem do Brasil nesse aspecto é muito boa.

"Nós fomos apresentados como uma história exemplar, quer dizer, uma história que outros devem seguir de como promovemos a inclusão social por medidas de várias naturezas, inclusive a educação. Como fizemos que as escolas universalizassem mais e que a miséria, que no Brasil afetava mais de 10% das pessoas de 0 a 15 anos há 10 ou 12 anos atrás, a miséria despencasse para menos de 1% nesta faixa de idade."

O ministro afirmou que o país se colocou à disposição para explicar sua experiência a outros países. Ele reconheceu, no entanto, que apesar de estar no caminho certo o Brasil ainda precisa avançar.

"Nós ainda temos grandes desigualdades em postos ocupados por mulheres, postos ocupados por homens. Ainda temos discriminação de vários tipos, inclusive aquela discriminação mesquinha do médico que reclama da mulher que está dando a luz que diz que não chorou quando fez o bebê, reclamação que ele não faz para o pai da criança."

Coreia do Sul



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

A Coreia do Sul é considerada um exemplo de país que conseguiu dar um salto na economia devido à sua melhora na educação. Nos rankings de desempenho escolar, como o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa), os alunos coreanos aparecem na elite dos países.

No último ranking divulgado sobre a capacidade de alunos de 15 anos em resolverem problemas de matemática, a Coreia ficou na segunda posição entre 44 países. Os brasileiros apareceram apenas no 38º lugar.

A valorização do professor no país foi um dos pilares dos avanços educacionais da Coreia do Sul. Em pesquisa feita pela Varkey Gems, em 2013, mais de 40% dos coreanos afirmaram que encorajariam seus filhos a seguirem a carreira de professor na Coreia.

Em uma pesquisa da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre violência contra professores, 12,5% dos professores brasileiros informaram serem vítimas de agressões verbais por alunos ao menos uma vez por semana. Na Coreia do Sul, esse índice é zero.

### Plano Nacional de Educação

Sancionado em 2014, o Plano Nacional de Educação tem, entre suas metas, a valorização da carreira docente. O objetivo é que até 2020 os professores da educação básica no Brasil tenham um salário equivalente ao de outros profissionais com mesma escolaridade.

O piso nacional do professor no País é de R\$ 1.917,78 para 40 horas semanais. De acordo com o sistema de monitoramento das metas no MEC, o valor é equivalente a 72,7% dos ganhos de profissionais com mesma escolaridade.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> G1	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 25/05/2015
<b>Assunto:</b> transporte limpo		<b>Página:</b> Online



## VESTIBULAR E EDUCAÇÃO

### **Alunos ganham bônus nas notas ao ir de bicicleta para escola na Itália**

*Projeto criado por estudante busca conscientizar alunos que a troca do carro pela bike traz benefícios para o meio ambiente.*

O projeto de uma escola pública italiana que melhora as notas dos alunos que usam a bicicleta como meio de transporte tem atraído a atenção dos moradores da cidade de Aprilia, a 30km de Roma.

Criado por um estudante, o programa Bike Control, da escola de ensino médio Liceu Antonio Meucci, conta com um dispositivo que, fixado à bicicleta dos alunos, registra a data, o horário e a distância do percurso realizado.

Além disso, um sistema exclusivo feito em parceria com a Universidade La Sapienza, em Roma, calcula a quantidade de gás carbônico que deixa de ser emitida à atmosfera quando se troca o automóvel pela bicicleta.

A ideia surgiu há mais de um ano, quando Lorenzo Catalli, então aluno do último ano da escola e hoje estudante de engenharia, ia de carro para a escola, acompanhado pelo pai.

"Parados no trânsito, nos perguntamos quanta poluição deixaríamos de produzir se a maioria dos alunos fossem à escola de bicicleta, e não de carro", diz ele à BBC Brasil.

"Depois de realizar o projeto de sensores com meu pai, apresentei-o a um dos meus professores e logo tivemos o apoio da direção da escola para implementá-lo."

Para ganhar pontos, os estudantes devem usar a bicicleta no mínimo 3 ou 4 vezes por semana. "Poder quantificar a própria contribuição ao meio ambiente é gratificante, mas o importante não é o número de quilômetros percorridos, mas o uso frequente da bicicleta", disse Catalli.

Pelo sistema de avaliação das escolas italianas, além das notas conseguidas em provas escritas e orais, os estudantes de ensino médio contam com o "crédito de formação", uma pontuação obtida com a prática de atividades extracurriculares e que integra a média final necessária para superar o Exame de Estado, indispensável para o cursar o ensino superior.

O diretor da escola, Antonio Perrone, diz à BBC Brasil que o principal objetivo do programa é conscientizar os estudantes sobre a relevância ecológica de se usar a bicicleta em vez do carro. E oferecer uma recompensa pode ajudar.

"Para os estudantes, é importante, porque ganham pontos que valem para passar no exame", afirma Perrone

"Os estudantes já contam com uma variedade de atividades que podem ser realizadas para formar o crédito de formação, como trabalhos voluntários, atividades artísticas, estudo de línguas. Pela primeira vez, o uso da bicicleta, por seu valor ecológico, passou a ser uma delas."



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Os dados relativos ao percurso dos ciclistas são inseridos em um computador e divulgados mensalmente através de um site com a classificação dos estudantes que participam do programa. Em abril de 2005, o aluno com mais pontos havia pedalado por mais de sete horas em um mês, totalizando quase 120 quilômetros.

A iniciativa ganhou o apoio da prefeitura, que financia a produção e instalação dos dispositivos nas bicicletas e pretende estender o projeto a outras instituições públicas e privadas.

"A partir do próximo ano, premiaremos os três estudantes que mais acumularem pontos com bolsas de estudos no valor de 300, 200 e 100 euros", diz o diretor.

"Estamos formando um grupo de estudantes voluntários que fará a inserção dos dados em outras escolas", afirma à BBC Brasil a secretária do Meio Ambiente, Alessandra Lombardi.

"Além disso, estamos estudando com alguns supermercados da cidade mecanismos de incentivo tanto para os clientes quanto para os funcionários, que poderão acumular pontos e obter descontos em compras com base no uso de bicicletas."

Diversas lojas e serviços de manutenção de bikes da cidade já aderiram à iniciativa, passando a oferecer prêmios, como pneus, câmeras, manoplas, aos alunos que participam do programa.

Durante o primeiro ano do projeto, mais de uma tonelada de gás carbônico deixou de ser emitida à atmosfera graças ao projeto do Liceu Antonio Meucci.

"Somos a única cidade da Itália realizando este tipo de medição e queremos levar nossa experiência a outros municípios", afirma Lombardi.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> G1 Santa Catarina	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 25/05/2015
<b>Assunto:</b> Greve		<b>Página:</b> Online



# SANTA CATARINA



### **Greve dos professores da rede estadual completa dois meses**

*Até a noite deste domingo (24) professores continuavam ocupando Alesc.  
Segundo SED, 160 profissionais temporários já foram contratados.*

A greve dos professores da rede estadual de educação de Santa Catarina completou dois meses neste domingo (24) e continua sem acordo entre grevistas e Estado. De acordo com a Secretaria de Estado da Educação, cerca de 5%, aproximadamente 2 mil professores, estão sem dar aulas. O Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina (Sinte-SC) diz que 20% dos professores do estado estão parados.

Mesmo com a decisão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) de sexta-feira (22) que determinou que os grevistas não façam manifestações a menos de 200 metros de qualquer prédio público do estado, na noite deste domingo (24) cerca de 40 professores continuavam ocupando a hall da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc), segundo o corpo da guarda da Casa.

De acordo com o Sinte-SC, alguns professores também permaneciam neste domingo acampados em frente ao prédio da Secretaria de Estado da Educação (Sed), no Centro de Florianópolis.

Até a noite deste domingo (24) o Sindicato não havia sido notificado sobre a decisão. Uma reunião do comando de greve na tarde de segunda-feira (25) em Lages, na Serra catarinense, deve traçar as estratégias do movimento nos próximos dias e avaliar a decisão da Justiça.

Segundo a Secretaria de Educação, "para garantir a normalidade das atividades nas unidades escolares", as Gerências Regionais de Educação (Gereds) já contrataram 160 professores. No total, são 800 vagas para professores temporários substituírem os grevistas.

Entenda a greve em Santa Catarina

Desde o dia 28 de abril professores ocupam o hall da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc). Em 6 de maio eles iniciaram o acampamento em frente ao prédio da Sed. A categoria está em greve no estado desde o dia 24 de março.

Decisão judicial



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Na liminar de sexta (22), o desembargador Jorge Luiz de Borba afirmou que a decisão de impedir as manifestações a menos de 200 metros é para que não haja bloqueio de acesso ao trabalho de servidores ou ameaças, além de danos ao patrimônio.

Pela decisão, os grevistas também não podem bloquear o acesso a escolas, constranger quem não aderir ao movimento ou "tumultuar a prestação dos serviços". Caso qualquer uma dessas determinações não seja cumprida, haverá multa de R\$ 20 mil para cada transgressão.

Em nota divulgada em sua página na internet na sexta (22), o sindicato avaliou que "apesar das restrições impostas, a decisão permite a continuidade do movimento de greve e evita que o Estado venha a aplicar punições severas aos professores".

### Contratações temporárias

Na quarta-feira (20) a Gereds anunciaram a contratação de 113 professores temporários (ACTs) para substituir professores estaduais em greve. O Sinte-SC entrou na Justiça para tentar impedir que o governo estadual contrate professores temporários em substituição grevistas. O mandado de segurança foi protocolado na quarta (20) no Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

Conforme a Secretaria de Educação, cada professor temporário será contratado por 20 dias. Caso os grevistas retornem antes deste período, o contrato com o ACT é cancelado. Quando os professores forem chamados já estarão habilitados para dar aula e a chamada será definida de acordo com a demanda de cada gerência.

Ainda de acordo com a Secretaria de Educação, o investimento para a contratação de ACTs não foi contabilizado, mas a assessoria de comunicação afirmou que não há gasto extra, pois os professores em greve estão tendo os dias descontados nos salários.

O sindicato diz que ocupar os cargos dos professores parados é ilegal. "A lei de greve garante que o trabalhador que está em greve não poderá ser substituído por outro", diz Luiz Carlos Vieira. No entanto, segundo a Secretaria de Educação, a contratação é aparada por questões legais.

### Pedido dos pais

Um grupo de pais de estudantes participou na terça (19) de uma reunião na Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc), em Florianópolis, com a Comissão de Educação. Eles pediram aos deputados integrantes que seja realizada uma audiência pública para discutir a greve dos professores estaduais.

Pelos números desta semana do Sinte-SC, 20% dos professores do estado estão parados. A Secretaria de Educação afirmou que a adesão tem caído nos últimos dias e que cerca de 5%, aproximadamente 2 mil professores, ainda estão em greve.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Nota 10	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 25/05/2015
<b>Assunto:</b> Greve		<b>Página:</b> Online



# Professores estaduais de seis estados estão em greve

Sem grandes avanços nas negociações, professores das redes estaduais de seis estados continuam em greve: Paraná, São Paulo, Santa Catarina, Pará, Sergipe e Goiás. Em busca de solução, estados e sindicatos recorrem à Justiça.

Os professores pedem o cumprimento da Lei do Piso, mas os estados alegam falta de dinheiro para concordar com o reajuste. A aplicação da Lei do Piso eleva o salário inicial para R\$ 1.917,78.

"A educação está mal, não está sendo priorizada no país. O cenário está muito difícil", avalia a secretária-geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), Marta Vanelli. Sobre as negociações, ela diz que tanto estados quanto trabalhadores estão cada vez mais resistentes.

Em Sergipe, último dos estados em que professores iniciaram a greve, a paralisação teve início na segunda-feira (18). Segundo o governo do estado, o movimento afeta toda a rede estadual, e 170 mil alunos do ensino fundamental e médio estão sem aulas. Na quinta-feira (21), o governo entrou com ação no Tribunal de Justiça de Sergipe solicitando a ilegalidade da greve.

Os professores pedem o pagamento de 13,5% de reajuste. O estado alega que atingiu o limite de sua capacidade para cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal e que o reajuste só poderá ser concedido quando aumentar a arrecadação.

Em Goiás, o Tribunal de Justiça negou pedido do governo estadual e considerou a greve legal. Na sexta, o Sindicato dos Trabalhadores Estaduais em Educação ingressou com mandado de segurança contra o governo para assegurar o pagamento integral dos salários dos trabalhadores.

A greve no estado começou no último dia 13. Entre os motivos, está a antecipação do pagamento do piso aos professores, previsto para começar a ser pago pelo estado em agosto. Os trabalhadores pedem também que aumento seja retroativo ao início do ano. Pouco mais de 50 escolas estão paradas e outras 80 aderiram parcialmente. A rede tem 1,1 mil centros de ensino.

Os profissionais do Pará iniciaram a greve no dia 25 de março, pedindo o pagamento retroativo do piso salarial, que começou a ser pago em abril, mas deveria vigorar desde janeiro.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Em Santa Catarina, de acordo com o sindicato, a greve foi considerada legal pela Justiça. A decisão impôs medidas restritivas às ações de protesto a menos de 200 metros de prédios públicos. A greve começou no dia 24 de março. A principal demanda é o plano de carreira.

A greve em São Paulo também foi judicializada. Na última quarta-feira (20), o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu descontar os dias parados dos professores em greve. A presidenta do sindicato (Apeoesp), Maria Izabel Noronha, vai recorrer da decisão. A greve começou no dia 13 de março. A categoria quer aumento salarial de 75,33%.

No Paraná, professores e o governo não chegam a acordo. A greve não foi judicializada. Os professores pedem reajuste do salário de 8,14% retroativo à data-base, concurso público e melhores condições de trabalho. O estado oferece 5% e alega não ter condições financeiras de oferecer um reajuste superior. A segunda greve da categoria neste ano começou no dia 27 de abril.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Revista Veja	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 25/05/2015
<b>Assunto:</b> Política educacional		<b>Página:</b> on-line



### NOVAS CARREIRAS PARA NOVOS PROFESSORES

*Um sistema educativo é tão bom quanto a qualidade de seus professores. Isso poderá mudar no futuro, mas até lá continua sendo verdade*

No tocante à política para professores, o Brasil vive vários dramas ao mesmo tempo. Um deles é o excesso de professores. O país tem muito mais professores e muito mais contratos de trabalho do que precisa. Isso é agravado por outro fato: a demografia está se reduzindo e, em breve, não serão necessários tantos profissionais. O outro drama são as distorções embutidas na legislação e nos contratos de trabalho, que fazem com que os salários iniciais sejam pouco atraentes e o avanço na carreira se faça sem relação com o desempenho.

Um terceiro são as regras relacionadas às aposentadorias e pensões, bem como a má administração dos recursos para fazer face a esses pagamentos. Se nada mudar, num futuro próximo, teremos mais gastos com professores inativos do que com professores da ativa. Para os da ativa há os recursos do FUNDEB. Para os demais, as prefeituras terão que se virar.

Tudo isso torna difícil melhorar os salários dos professores da ativa. E o desafio para melhorar a educação consiste em atrair e manter jovens bem formados no ensino médio para o magistério. Como reverter esse quadro?

Esse problema já foi enfrentado em diferentes sociedades e em diferentes momentos, sobretudo face a mudanças demográficas ou tecnológicas. Há diferentes formas de se lidar com ele.

Uma das formas previstas na legislação é a criação de carreiras temporárias. No Brasil, as Forças Armadas usam desses mecanismos para atrair e manter especialistas em seus quadros em prazos que vão até nove anos. Essa poderia ser uma ideia interessante para atrair jovens e profissionais de outras áreas para o magistério.

Outra forma é a criação de novas carreiras, com novas regras e critérios. Essas carreiras seriam abertas tanto para novos professores quanto para os atuais, que poderiam migrar para ela desde que satisfizessem os requisitos estabelecidos. Os demais permaneceriam em suas carreiras atuais, sem nenhum demérito ou prejuízo.

Se o Brasil quiser melhorar a qualidade da educação, precisa de prefeitos destemidos e capazes de trilhar as estradas menos viajadas.